

Ano 20 • Número 30 • 30 de julho de 2018

Falta de gastos não é justificativa para explicar desastre educacional no BR

Atualização do cenário econômico para o Brasil e o mundo do FMI

Uma história por trás do baixo crescimento: a elevada carga de impostos

Resultado do Governo Central no primeiro semestre de 2018

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulgou recentemente um compilado de dados sobre a evolução dos gastos públicos com educação ao longo dos últimos anos. O conjunto de estatísticas faz parte do relatório “Aspectos Fiscais da Educação no Brasil”.

Entre os números que mais chamam a atenção está o comparativo internacional do dispêndio com educação pública: a despesa no Brasil totaliza 6% do PIB, valor superior à média da OCDE (5,5%) e de países como Estados Unidos (5,4%), Argentina e México (5,3% para ambos), Chile (4,8%) e Colômbia (4,7%). Logo, não é verdade que o governo investe pouco nessa área. Ademais, entre 2008 e 2017, a despesa da União com educação cresceu 91% em termos reais (já descontando a inflação), passando de R\$ 61,4 bilhões para R\$ 117,2 bilhões nesse ínterim.

A alocação de mais recursos para essa finalidade não parece ser uma solução efetiva para elevar nosso nível de capital humano. Os resultados dos testes internacionais, que servem para medir a qualidade da educação entre distintas nações, como o PISA, da OCDE, mostram uma situação dramática para o Brasil.

O último *ranking*, de 2015, mostra que o Brasil está na 63ª colocação em Ciências, 59ª em Leitura e 66ª em Matemática para um total de 70 países. Do ponto de vista estatístico, não houve diferença em comparação com as avaliações anteriores (2006, 2009 e 2012). Nossa estagnação, portanto, já totaliza pelo menos uma

década inteira.

Outro fator de suma importância diz respeito às prioridades do governo: de cada R\$ 3 gastos com educação pública no ano passado, quase R\$ 2 foram destinados ao Ensino Superior e Profissional (64,3% do total). Além disso, esse grupo ganhou espaço nos últimos anos, uma vez que, em 2008, a participação era de 51,8%.

A fatia restante é reservada para o Ensino Básico e Outros. Inúmeros trabalhos científicos, sobretudo do economista James Heckman, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2000, demonstram a importância do investimento nessa fase da aprendizagem. É justamente no início do ciclo de acúmulo de conhecimento onde acontecem os maiores retornos desse investimento por parte do poder público.

A educação está frequentemente associada à maior produtividade: além da possibilidade de desenvolver as aptidões necessárias ao exercício dos ofícios com maior qualidade, os trabalhadores também são menos suscetíveis à ocorrência de enfermidades. Quanto maior a qualificação, maiores os salários e a renda, o que favorece a geração de um círculo virtuoso de crescimento econômico e prosperidade.

O relatório da STN é claro ao mostrar que o próximo governo eleito tem o desafio de aprimorar o sistema educacional do Brasil, sem necessariamente gastar mais.

Atualização do cenário econômico para o Brasil e o mundo do FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou a revisão periódica de alguns dos indicadores macroeconômicos mais importantes para o Brasil e o mundo. No documento lançado recentemente, os analistas também fazem considerações sobre a evolução do cenário internacional e traçam algumas perspectivas.

As projeções do PIB para esse e o próximo ano não foram alteradas: avanço de 3,9% em ambos os casos. No entanto, as ameaças baixistas são maiores do que meses atrás. Entre elas estão: (1) escalada da guerra comercial entre os Estados Unidos e alguns dos principais mercados consumidores do mundo, como China e União Europeia; (2) aumentos de juros nos EUA em ritmo mais rápido do que o antecipado até agora, deflagrando uma onda de grande aversão ao risco; (3) desvalorização acentuada da taxa de câmbio em alguns países com fundamentos ruins; (4) conflitos geopolíticos e incertezas políticas em determinadas nações e (5) aumento dos preços do petróleo.

Por um lado, a economia americana deve acelerar no curto prazo em comparação com os últimos anos, com o PIB avançando 2,9% nesse ano e 2,7% no ano que vem, contra 2,2% ao ano em média entre 2010 e 2017. Os estímulos fiscais recentemente aprovados – redução dos impostos oriunda da reforma tributária e aumento dos

gastos com defesa – devem fortalecer ainda mais o consumo das famílias e os investimentos. Por outro lado, podem pressionar de maneira mais significativa a inflação e, por sua vez, precipitar novas altas dos juros.

No caso da Zona do Euro, o ritmo de crescimento da atividade deverá diminuir paulatinamente, de 2,4% em 2017 para 2,2% nesse ano, e 1,9% em 2019. Os números estão em linha com outra previsão do FMI, de que o hiato do produto do bloco deve finalmente se fechar em 2018, após a existência de capacidade ociosa ao longo dos últimos 9 anos.

O Brasil teve a maior revisão baixista em sua perspectiva de crescimento para 2018 entre todas as nações: de 2,3% para 1,8%. Apesar da manutenção dos preços das *commodities* em bons patamares, o FMI citou os efeitos negativos da greve dos caminhoneiros e as incertezas políticas com as eleições de outubro como as justificativas que serviram de embasamento para essa retificação. Para 2019, manteve-se 2,5%.

Apesar dos números para o PIB mundial não terem sido alterados, as chances de uma eventual surpresa negativa, pelo menos nesse momento, são maiores do que uma positiva. Trata-se de uma má notícia para o Brasil, que logo se deparará com a realidade imposta pelos seus desequilíbrios econômicos.

Uma história por trás do baixo crescimento: a elevada carga de impostos

Com a redemocratização, cresceu a demanda social por gastos públicos, justificada pela grande desigualdade social no país. Como consequência, a despesa pública se expandiu rapidamente. De 1980 até 1984, os gastos não financeiros da União cresceram 7,7%, mas em 1986 (ano seguinte da redemocratização) a despesa já tinha crescido 46,0%. A tendência se manteve de modo que, em 2017, o gasto foi oito vezes o de 1980, já descontada a inflação.

A solução à época foi financiar o aumento do gasto através da impressão de moeda, causando a hiperinflação do final da década 1980. Com a estabilização da economia e o abandono dessa forma de financiamento, fez-se necessária a adoção de uma nova estratégia para equilibrar as contas públicas, que tem se baseado em reiteradas elevações da carga tributária. A carga que foi de 24,4% do PIB, em 1980, e de 26,0% do PIB, em 1995, passou para 32,4% em 2016, nível próximo de países desenvolvidos e muito acima dos emergentes.

Além de excessivamente oneroso, a necessidade de receitas também criou um sistema tributário mal desenhado e ineficiente. Segundo a teoria tradicional, um sistema de qualidade deve explorar somente três bases de arrecadação: renda, consumo (IVA) e propriedade (se são socialmente justas ou não, é outra discussão). Contudo, um governo desesperado por arrecadar começa a explorar vias não convencionais, tais como op. financeiras, folha de pagamentos, fat. bruto e exportações, alterando preços relativos e distorcendo a alocação. Tributos sobre a folha de

pagamentos, por exemplo, não podem ser descontados plenamente ao longo da cadeia produtiva, encarecendo mercadorias mais complexas. Muitas vezes, passa a ser mais barato incorporar dentro da própria firma etapas anteriores da produção. Ao mesmo tempo, os produtos nacionais perdem competitividade, tornando os estrangeiros mais baratos dentro do nosso mercado. Isso aumenta a demanda por proteção cambial, o que, geralmente, vem as custas de novas distorções (seja por aumento das tarifas ou por benefícios direcionados). Aumentam-se os custos de conformidade a legislação complexa, que cria regimes especiais a todo o momento. Ademais, um sistema que prioriza receitas tende a tributar mais intensamente atividades de fácil arrecadação (mais formais, por exemplo), reduzindo o incentivo à produção nesses setores. A alta tributação também incentiva o investimento em lobby na busca por benefícios, em detrimento, por exemplo, da pesquisa em inovações tecnológicas.

O Brasil não tem um sistema tributário, mas uma máquina de arrecadar, construída para suportar a expansão do gasto público. Isso se transformou em um enorme fardo para a produtividade nacional. Não à toa, a economia brasileira está praticamente estagnada nas últimas quatro décadas, com PIB per capita crescendo a uma taxa média de 0,7% a.a. de 1980 a 2016 frente à 3,8% a.a. de média em 1918-1980. A reforma tributária é imprescindível para um crescimento sustentável, porém, infelizmente, demanda grande vontade política pois, racionalizar o sistema significará redução de receitas e, conseqüentemente, de gastos.

Resultado do Governo Central no primeiro semestre de 2018

O Governo Central (Gov. Fed. + INSS + Banco Central) foi deficitário no primeiro semestre de 2018. O resultado primário, que considera apenas receitas e despesas não financeiras, foi negativo em R\$ 33,0 bilhões na primeira metade deste ano, relativamente melhor do que os R\$ 58,2 bilhões de déficit do mesmo período do ano passado (valores já corrigidos pelo IPCA). A melhora decorreu principalmente do aumento da arrecadação líquida (6,3%) em taxa superior à despesa total (2,2%), puxada pelo avanço dos indicadores macroeconômicos e pela majoração de alíquotas.

Destacam-se, do lado da receita, as variações positivas de: 16,2% do COFINS, causado pela elevação das alíquotas sobre combustíveis no ano passado e pelo aumento no volume de comércio; 26,0% do IPI, empurrado pelo avanço de 2,4% da produção industrial de dezembro a maio; 24,7% do Imposto sobre Importação, com o impacto decisivo da depreciação cambial, e; 35,9% de Cota-Parte de compensações financeiras, devido ao aumento no preço internacional do petróleo. Também deve ser ressaltado que o PERT gerou acréscimo de cerca de R\$ 10,0 bilhões no período, que foi distribuído em diferentes rubricas de

arrecadação.

Pelo lado da despesa, as principais variações foram Pessoal e encargos (0,8%), Benefícios Previdenciários (2,7%), Complemento do FGTS (13,1%), repasses ao Min. da Saúde (9,6%) e Sentenças Judiciais e Precatórios (28,8%). Cabe ressaltar que, no acumulado em 12 meses, as despesas obrigatórias já atingiram 98% da receita líquida. Ou seja, 98% do orçamento estão comprometidos com despesas que não podem ser cortadas.

No acumulado em 12 meses, o déficit primário chegou a R\$ 103,2 bilhões (1,5% do PIB), frente a uma meta de R\$ 159 bilhões. Vale lembrar que o resultado seria positivo se fossem desconsiderados os R\$ 195,3 bilhões negativos do Regime Geral da Previdência Social. A expectativa, segundo o Relatório de Reavaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre é que o resultado do Governo Central deve piorar no segundo semestre, encerrando 2018 com déficit de R\$ 157,2 bilhões. O aumento da despesa virá por conta da política de subsídio ao diesel e pelas despesas com a campanha eleitoral, além da contínua pressão dos benefícios previdenciários.